

*A. C. Portinari Greggio

...Hão de surgir falsos profetas, e enganarão a muitos Mateus, 24:11



A tomada do poder pelos militares em 1964 foi apoiada pela maioria do povo e dos políticos, de modo que desde o início havia, do lado do novo governo, uma bancada parlamentar majoritária com gente de quase todos os partidos. Do lado oposto, formou-se coalisão também composta de políticos todos os partidos. Ou seja: os antigos partidos, já divididos desde a eleição de Jânio Quadros em 1960, esfacelaram-se em 1964. Autoritariamente o governo militar os obrigou a dissolver-se e reunir-se em apenas dois. Assim surgiram a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, governista, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, do outro lado. O MDB passou a centralizar a oposição legal ao governo militar.

Fora desse arranjo, sobrou a oposição revolucionária, que antes do regime militar atuava informal e paralelamente nos partidos, nos sindicatos, na mídia, nas universidades, nas igrejas e na forma de inúmeros "movimentos sociais". A esquerda brasileira, como sempre, era dividida: a velha guarda stalinista do PCB de Prestes, fiel à União Soviética, e o PCdoB, financiado e apoiado pela China; os trotsquistas, ligados à IV Internacional, e os neotrots-quistas da POLOP; e, sem esgotar a lista, novas facções sem filiação partidária, adeptas da revolução imediata e violenta: os admiradores de Fidel Castro e da *teoria do foco*, e os defensores do terrorismo urbano, inspirados na Argélia. Como essas seitas se mesclavam em frentes, vanguardas e movimentos, é difícil discerni-las pela filiação política.

Enquanto o MDB iniciava sua longa e teimosa oposição legal, a esquerda tomava outros rumos. Alguns, mormente os acadêmicos, seguiram para o exílio, onde foram acolhidos pelas universidades e continuaram a fazer o que vinham fazendo: usar a cátedra como base de ação política subversiva. Outros, os mais afoitos, preferiram desafiar a sorte e partiram para a guerra revolucionária, financiados, treinados e armados por Cuba, Argélia e outros regimes. Foram derrotados, e os sobreviventes, presos, banidos ou refugiados no exterior. A última tentativa foi a guerrilha maoísta do PCdoB no Araguaia, que resultou na aniquilação dos quadros dirigentes do partido.

As guerrilhas e ataques terroristas, longe de abalar o governo militar, obrigaram-no a tomar medidas mais duras – tais como o AI-5 – e a atrasar o paciente trabalho da oposição legal. Apesar de tudo, esta prosseguiu teimosamente no seu esforço de mudar o regime dentro das regras, pela via eleitoral.

Os erros econômicos do governo militar se encarregaram de minar a sua popularidade. A oposição legal passou a ganhar eleições em todos os níveis. E a pressão exterior pela "redemocrática" recrudescer a partir de 1977. (Poucos perceberam o que estava por trás dessa re-pentina preocupação com as liberdades civis na América Latina.) Dentro das Forças Armadas crescia, também, o cansaço e a apreensão com a promiscuidade política. Enfim, o governo militar se compôs com a oposição legal, iniciando o retorno à normalidade ins-titucional.

Enquanto a oposição legal avançava, e o regime militar recuava, os exilados aproveitavam o tempo. A oligarquia que hoje domina a Europa e os Estados Unidos já previa a virada política no Brasil e pressurosamente os paparicava, ensinando-lhes como neutralizar os focos de resistência civil, especialmente a classe média das grandes metrópoles do Sudeste, incentivando a formação de cinturões de favelas ao seu redor. Quanto aos militares, seria questão de tempo até que, desprestigiados e isolados, perdessem o potencial de atuação. Quanto a defesa e segurança, disso a oligarquia se encarregaria. Qualquer tentativa de *virada de mesa* seria enfrentada com clamores da mídia internacional, sanções da ONU, da OEA e do sistema financeiro e, em última instância, intervenção armada para salvaguardar a "democracia" e os "direitos humanos" no Brasil.

E que fazer sem Forças Armadas em caso de guerra? Ora, que pergunta. Ninguém atacaria o Brasil. Para quê? As exigências da oligarquia seriam pacificamente atendidas. Afinal, eram nobres causas: proteção de minorias, preservação da Natureza, tolerância, salvação do Planeta, justiça social, e assim por diante. Em linguagem direta, porém, a agenda seria: genocídio da classe média e sua substituição por emergentes subsidiados pelo governo, entrega da Amazônia, desmantelamento das Forças Armadas, desarmamento da população, proteção e garantias aos criminosos, incentivo à homossexualidade e à promiscuidade, destruição da família, degradação da moral, renegação das tradições históricas, laicismo, e todo o conjunto de medidas tendentes a dissolver a Nação, preparando-a para uma obscura ordem mundial que ninguém conhece com certeza. Mas não pense o leitor que os exilados tenham vendido a alma. Todas essas cláusulas faziam parte da sua ideologia. Já haviam trocado, embora de modo relutante e incoerente, o marxismo da juventude pelo difuso pós-modernismo que impregna a política ocidental depois da Guerra Fria.

Não havia unanimidade quanto a esses propósitos na oposição exilada composta de elementos heterogêneos, que no Brasil talvez jamais se unissem Mas no exterior se acomodaram e formaram duas facções: a que mais tarde veio a fundar o PSDB, e a que formou o PT.

Eram, portanto, três oposições no Brasil na época da transição para o governo civil: uma local e autêntica, e duas regressadas do exílio. Observe-se que não havia fronteiras nítidas entre as facções, nem sequer ideologias que as definissem com clareza. Na confusão, tudo se interpenetrava, tudo era fluido, de modo que as diferenças só se esclareceram tempos depois.

Por falta de espaço, temos de parar por aqui. Quem são os falsos profetas do título do artigo? Fica para o próximo número do Inconfidência.

* Economista, ex-aluno da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo